

Falcão, L.F. et al.



## ARTIGO DE REFLEXÃO

**A educação ambiental na educação do campo: uma relação de cumplicidade**  
*Environmental education in field education: a compliance relationship*  
*Educación ambiental en la educación en campo: una relación de conformidad*

Márcia Valéria da Silva Cordovil<sup>1</sup>, Yvens Ely Martins Cordeiro<sup>1</sup>, Sebastião Martins Siqueira Cordeiro<sup>2</sup>,  
 Cristiane Gomes Moraes<sup>1</sup>, Abel Ferreira Gomes Neto<sup>1</sup>, José Francisco da Silva Costa<sup>1</sup>.

**RESUMO**

Este trabalho é fruto da preocupação em relação ao meio ambiente e as dificuldades que as comunidades do campo enfrentaram na busca pela efetivação de sua educação, da qualidade de vida mais digna e sobre seus direitos enquanto comunidade do campo. Para se entender melhor a situação da educação das comunidades do campo foi necessário analisar a evolução das lutas e dos desafios enfrentados por eles no passado. Da mesma forma foi necessário, também, identificar a evolução das lutas, das situações legais e informais que a Educação Ambiental precisou ultrapassar para se concretizar como um conteúdo escolar transversal presente no PCNs. Para que se pudesse elaborar informações concretas, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica que conduziu à investigação de campo numa escola de uma comunidade ribeirinha que representa o objeto de estudo por meio de observações e da investigação na Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em uma comunidade ribeirinha. Elaborou-se um questionário para ser aplicado junto à gestão da escola, onde os temas abordados estão de acordo com o que os autores e pesquisadores debatem sobre o tema. Ao final da pesquisa, avaliou-se o quanto à educação ambiental e a do campo estão entrelaçadas. A transversalidade se constitui apenas, como mais um mecanismo de estudo para que se possa debater a respeito da questão ambiental e sobre a qualidade de vida dos moradores das comunidades do campo. **Descritores:** Educação Ambiental. Educação do Campo. Transversalidade Educacional. Pesquisa de Campo.

**ABSTRACT**

This work is the result of concern about the environment and difficulties that rural communities have faced in the search for the effectiveness of their education, most dignified quality of life and their rights as a community in the countryside. In order to understand better the situation of education in the rural communities, it was necessary to analyze the evolution of the struggles and the challenges faced by them in the past. Likewise, it was also necessary to identify the legal and informal situations that Environmental Education had to supply in order to materialize as a transversal school content present in the PCNs. In order to produce concrete informations, a bibliographical research was used, conducting to a field investigation at the school namely Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, located in a riverside community. A questionnaire was developed to be applied to the management of the school, where the topics covered are in line with what authors and researchers discuss about the theme. At the end of research, it was evaluated how environmental and rural educations are intertwined. Transversity is only a mechanism for studying the environmental issue and the life's quality of the rural communities. **Descriptors:** Environmental Education. Field Education. Educational Transversality. Field research.

**RESUMEN**

Este trabajo es fruto de la preocupación en relación al medio ambiente y las dificultades que las comunidades del campo enfrentaron en la búsqueda por la efectividad de su educación, de la calidad de vida más digna y sobre sus derechos como comunidad del campo. Para entender mejor la situación de la educación de las comunidades del campo fue necesario analizar la evolución de las luchas y de los desafíos enfrentados por ellos en el pasado. De la misma forma fue necesario, también, identificar la evolución de las luchas, de las situaciones legales e informales que la Educación Ambiental necesitó sobrepasar para concretarse como un contenido escolar transversal presente en los PCNs. Para que se pudiera elaborar informaciones concretas, se utilizó una investigación bibliográfica que condujo a la investigación de campo en una escuela de una comunidad ribereña que representa el objeto de estudio por medio de observaciones y de la investigación en la Virgen del Perpetuo Socorro, ubicada en una. la comunidad ribereña. Se elaboró un cuestionario para ser aplicado junto a la gestión de la escuela, donde los temas abordados están de acuerdo con lo que los autores e investigadores debaten sobre el tema. Al final de la investigación, se evaluó en cuanto a la educación ambiental y la del campo están entrelazadas. La transversalidad se constituye sólo, como otro mecanismo de estudio para que se pueda debatir sobre la cuestión ambiental y sobre la calidad de vida de los habitantes de las comunidades del campo. **Descritores:** Educación Ambiental. Educación del Campo. Transversalidad Educativa. Búsqueda de campo.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba - Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo - FADECAM. Rua Manoel de Abreu-Abaetetuba Pará. <sup>2</sup>Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba- Faculdade de Ciências Exatas e Naturais- FACEN .Rua Manoel de Abreu-Abaetetuba Pará. E-mail: jfsc@ufpa.br

Falcão, L.F. et al.

**INTRODUÇÃO**

No decorrer do tempo, o meio ambiente tem sofrido diversas intervenções do homem, que o modificam em ritmo acelerado, despertando a atenção de estudos em diversos segmentos de atuação, cada um atrelando as questões ambientais às suas especialidades promovendo um conjunto amplo e complexo de consequências a serem analisadas. Embora haja a preocupação inerente sobre o assunto, e por causa desta, muitos discursos, conferências e reuniões ocorreram, repercutindo de forma popular e também de maneiras mais institucionais.

Os olhares do mundo inteiro se voltaram ao assunto, trazendo à tona preocupações acerca do futuro da humanidade, mas até que ponto essa tentativa de conscientização pode ter de fato funcionado? Quais medidas concretas estão sendo tomadas de maneira cautelar acerca do referido tema? Fatos controversos ocorrem a todo instante quando se mensura a distância entre o que é falado e as providências tomadas para minimizar os impactos ambientais, um exemplo, claro deste relato vem do próprio governo que apoia o tema, mas não cumpre o que foi proposto acerca da despoluição dos rios, lagoas e ar, como é o caso da despoluição do rio Tietê ou de multinacionais que contaminam rios e igarapés no município de Barcarena-PA.

No entanto não se pode culpar apenas o governo, sem responsabilizar cada cidadão envolvido no processo, como uma cadeia cíclica em que todos são sujeitos potencialmente ativos e partícipes do sucesso da estabilidade das ligações entre si, fortalecendo-as ou do fracasso da instabilidade das mesmas, desestruturando e dissolvendo a cadeia, chamada meio ambiente.

Nesse aspecto é importante mencionar que os questionamentos ambientais sempre sofreram a

irrelevância do sistema, como um todo e, atualmente, além dos riscos aliados aos avanços da ciência e tecnologia, como a utilização demasiada de recursos não renováveis como fontes de energia, aparecem circunstâncias de proporções incalculáveis devido à falta de políticas públicas que se adequam ao contexto regional, desencadeando ameaças ambientais que, somados à pobreza e à desigualdade social da população configuram a lógica do desenvolvimento capitalista a qualquer custo. Desta maneira, torna-se indispensável a participação da sociedade em meio à formulação e efetivação de ações aplicáveis à resolução dos transtornos causados ao meio em que todos os seres vivos estão inseridos.

Por meio desse pensamento surge como justificativa desta investigação a intenção de ir de encontro às dialéticas em que o homem do século XXI, mesmo após escutar ainda na metade do século passado que os recursos naturais até poderiam ser ilimitados, mas que não tanto assim sua qualidade, não deixou de se usurpar de tudo o que era possível, afim de, apenas acumular bens e riquezas, tornando-se um mero instrumento alfabetizado pelo sistema econômico pós-industrial.

Considerando o princípio da educação libertadora temos como problemática da pesquisa a necessidade de saber que processo teria a capacidade de informar e despertar o indivíduo a ponto de motivá-los a sair de sua inércia social e buscar melhorias na qualidade de vida da comunidade em que são pertencentes? Do mesmo modo, como poderiam também transpassar as barreiras da passividade, e se tornarem sujeitos ativos na luta a favor da sustentabilidade ambiental?

Falcão, L.F. et al.

Ainda neste contexto surge como objetivo a busca por observar e analisar as formas como a sociedade atual está se portando frente às problemáticas ambientais, dando ênfase, principalmente, à íntima relação entre educação ambiental e a educação do campo.

Para que fosse possível se concretizar a elaboração de um trabalho mais consistente e relevante, utilizou-se além de uma investigação bibliográfica sobre o tema, uma abordagem de campo no qual foram contados alunos e funcionários de uma escola pública do campo, mais especificamente, de uma comunidade ribeirinha no município de Abaetetuba/PA, escola chama-se Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que fica localizada no interior do município, e que faz parte da rede pública de ensino atendendo alunos da Educação Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

## DESENVOLVIMENTO

### PROCESSOS HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CAMPO

As questões ambientais vêm tomando proporções cada vez mais relevantes nos dias atuais, porém teve seu despertar evidente em meados deste século e em um processo gradual de conquistas tem sido tratada por diversos segmentos da sociedade. Esse assunto deve ser de interesse generalizado e a forma de propagação mais oportuna de conscientização é por meio das escolas.

Deve ocorrer no lugar de maior acesso de conhecimento sistematizado, de forma integrada com a comunidade, afim de, agir na mudança de seu comportamento em relação ao meio ambiente, fazendo jus ao lema ecológico “agir local, pensar global”, em outras palavras, as R. Interd. v. 11, n. 3, p. 115-127, jul. ago. set. 2018

atitudes individuais influenciam na coletividade social.

### Uma Análise Histórica da Educação Ambiental

A Proposta da Educação Ambiental baseia-se nos fundamentos da educação libertadora de Paulo Freire, voltada à formação dos indivíduos críticos e transformadores de modo a problematizar, contextualizar e interdisciplinar o processo construtivo de conhecimento, valores e comportamentos, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDBEN).

De acordo com MEZOMO “Talvez as escolas imaginem que as mudanças do mundo atual são coisas externas que não tem nenhum reflexo em seu ambiente interno e na definição de suas ações.” (SILVA; TIRIBA, 2014, p.198). Embora seja eminente a realidade ainda muito aquém do que se almeja alcançar, muitos progressos foram feitos acerca da temática apresentada e para se ter uma noção do que foi dito se faz necessário relatar uma síntese da história da Educação Ambiental.

O surgimento da expressão “Educação Ambiental” ocorreu em 1968 no Reino Unido, numa conferência de educação da Universidade Keele - Inglaterra, contribuindo mais tarde para a formação de um conselho específico para este modelo educacional com a finalidade de inserir este tema aos currículos escolares e segundo a UNESCO, neste mesmo período 79 países alcançou o objetivo. Quatro anos após este marco educacional, em Estocolmo na Suécia, foi realizada a conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, no qual os ideais ambientais começaram de fato a compor os planejamentos e ações pedagógicas, repercutindo internacionalmente e englobando 113 países adeptos desta ideologia, levando seus governos a adotarem um plano de ação recomendando o programa de Educação Ambiental a todos os países do mundo.

Falcão, L.F. et al.

Em 1974, um seminário de educação na Finlândia reconheceu a Educação Ambiental como um plano de ação permanente e integral de proteção ao meio ambiente e não parte de uma disciplina isolada, como se havia proposto antes. Desta maneira, no ano seguinte num congresso em Belgrado, promovido pela UNESCO, foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental discutindo e estabelecendo princípios e metas, no qual constatou-se que esta vertente educacional deveria ser multidisciplinar, trabalhada de forma contínua e integrada às diferenças regionais, a fim de contribuir com os interesses nacionais.

Neste contexto criou-se a carta de Belgrado, propondo uma nova ética global, através de uma inovação no modelo educacional, a Educação Ambiental, para erradicar a pobreza e outros problemas sociais. A cada instante os estudos e debates acerca do tema iam se aprofundando e foi em Tbilisi no ano de 1977, que os princípios, conceitos, objetivos e estratégias que regem atualmente a Educação Ambiental vieram à tona. A repercussão dos fatos fez com que o Brasil tornasse obrigatória uma matéria sobre ciências ambientais nos cursos de graduação de Engenharia.

#### **Etapa Histórica da Educação Ambiental no Brasil**

No ano 1979 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) tornaram público o documento “Ecologia - Uma proposta para o ensino médio de 1º e 2º graus”. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) promoveu em 1987 na Rússia, o congresso internacional sobre educação e formação relativo ao meio ambiente, onde foi evidenciada a necessidade de qualificação de recursos humanos nas áreas formais e não formais e sua inserção na grade curricular nos mais diversos níveis de aprendizagem.

Um grande avanço nacional acerca do tema foi visto no ano de 1988, quando a Constituição da República Federativa do Brasil disponibilizou o capítulo VI a tratar de questões ambientais, determinando inclusive no Art. 225, inciso VI o que já havia sido dito pela UNESCO no ano anterior sobre introduzir a Educação Ambiental em todos os níveis do processo de ensino- aprendizagem.

Em 1991, o MEC por meio da portaria 2421/91 forma o grupo de trabalho de Educação Ambiental que, em parceria com as Secretárias Estaduais de Educação estabeleciam metas e metodologias de implantação da EA (educação ambiental), bem como estudavam e formulavam propostas de atuação formais e não formais para a conferência da ONU. No ano seguinte aconteceu a RIO-92, evento de grande visibilidade para o país, em que se tornou possível socializar estudos e experiências de diversos países ao redor do mundo, originando a Carta Brasileira de Educação Ambiental e a agenda 21, acordo firmado entre representantes de 179 países participantes do ECO-92.

Em 1996 o Plano Plurianual do Governo de 1996 a 1999 por intermédio da lei 9.276/96 promove cursos de capacitação sobre técnicas de sustentabilidade e as maneiras de inserir a Educação Ambiental nas grades curriculares de ensino. Um ano após este feito, ocorre a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, cuja temática era “Convívio Social, Ética e meio Ambiente”, tratando a Educação Ambiental como um tema transversal nos currículos das escolas de ensino Fundamental.

Com base nessa linha de pensamento é possível dimensionar um olhar sobre a trajetória da Educação Ambiental, com seus percalços, até os dias atuais. Para além da evolução histórica, temos em meio às discussões sobre o tema, a contextualização da preocupação enquanto aos problemas ambientais e as iniciativas de intervenção por parte dos governos e demais

Falcão, L.F. et al. representantes de poderes. A Educação Ambiental se configura de longe, como uma preocupação social construída historicamente, mas que na realidade não se concretiza como uma preocupação de todos. De acordo com Moreira (2010, p.2), o problema do meio ambiente é consequência da noção de natureza do homem moderno que está contaminada pelo conceito de ganho e de uso, pois lucro máximo é o pensamento predominante no mundo.

### **Uma Análise Histórica sobre a Educação do Campo**

Para entender os avanços e conquistas adquiridas por uma sociedade é necessário perceber os fatores que a impulsionaram e motivaram a lutar por seus ideais, bem como tomar como exemplos as batalhas de uma população marginalizada, dando continuidade ao processo de busca por uma qualidade de vida melhor. Neste contexto, os movimentos sociais se encaixam perfeitamente, pois tomam como base lutas travadas em algum momento da história em prol dos direitos, inspirando e aquecendo os ideais dos cidadãos que compartilham dos mesmos propósitos libertadores.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão”. (FREIRE, 1987, P.29).

A educação do campo foi um fruto dos movimentos sociais que transpassaram séculos servindo como exemplo de lutas em busca de melhoria na qualidade de vida de um povo desfavorecido. Esse fruto ainda está em processo de maturação, visto que, ainda haja resistência ou incompreensão em executá-la de maneira satisfatória ao contexto da comunidade em que sejam pertencentes.

A luta que o sujeito do campo enfrenta em busca de sua dignidade é bem antiga e teve como estopim a Europa do século XIV, conhecidas como

revoltas camponesas, já que inconformados os sujeitos campesinos decidiram lutar por melhores e mais justas condições de trabalho. Devido à ocorrência da peste negra e guerra dos cem anos, que dizimaram muitas pessoas, houve uma considerável diminuição da produção agrícola, fazendo com que os senhores feudais aumentassem os impostos dos já tão explorados trabalhadores do campo, ocasionando as revoltas.

A primeira aconteceu no ano de 1358 na França e posteriormente no ano de 1381 na Inglaterra, ambas foram alarmantes e reprimiram cruelmente os camponeses e suas reivindicações. Na Alemanha, no ano de 1524, outro grupo de agricultores se rebelou contra as desigualdades econômicas, políticas, religiosas e mais uma vez foram contidos em seus impulsos. Na América Latina também houve manifestação, organizando os camponeses de maneira generalizada a empreender, debater e requisitar progressos no manejo de sua agricultura. Esta movimentação ficou conhecida como via campesina e representada pela Coordenadora Latino americana Del Campo - CLOC.

Este movimento tratava das condições de vidas, modos de produção, análises críticas político-econômicas, étnicas e ambientais em que o sujeito do campo estava envolvido e neste período ocorreu implementação do modelo neoliberal na América Latina, ocorrendo o aumento da produção agrícola, ainda que centralizada, promovendo discretas melhorias para a população do campo. Todos estes eventos contribuíram para estimular e fortalecer as lutas da população rural em favor da qualidade de vida e não somente de um meio de subsistência. A educação libertadora de Paulo Freire tem deixado marcas numa sociedade dividida e marginalizada, pois se há algo que pode transformar as pessoas que modificam o mundo, está é a educação.

Falcão, L.F. et al.

### **Etapa Histórica da Educação no Campo no Brasil**

No Brasil a educação do campo acompanhou cada etapa histórica, iniciando com o seu descobrimento e colonização passando posteriormente pelo processo de independência e atrelando o campo à servidão para com a zona urbana. Os nativos encontrados no país foram “educados” para atenderem as necessidades dos colonizadores, trabalhando e servindo a eles, após esse período também foram trazidos povos a fim de serem escravizados e a única forma de “ensinamento” que recebiam era de como produzir mais, trabalhando na agricultura, “ensinamentos” regidos debaixo de açoites.

Tempos depois foram encontrados métodos mais sutis de explorar as comunidades camponesas, isentando-as de uma educação de qualidade, que as libertasse da servidão por meio do conhecimento, ao contrário disso, o ensinamento proporcionado a eles ratificava os interesses de seus patrões e do governo. Em contrapartida na década de 1930, na França nascia nas casas familiares rurais uma alternativa de atendimento escolar para a população do campo, chamada pedagogia da alternância estreitando as relações entre as famílias, comunidades e escolas, que mais tarde se expandiu pela Europa, África e América Latina.

No Brasil, período compreendido entre o final do segundo império e início do século XX os grandes fazendeiros perceberam a necessidade de prover uma educação básica aos filhos de seus prestadores de mão de obra, na tentativa de criar vínculos maiores entre eles, firmando-os nas localidades rurais, contendo o fluxo migratório e persuadindo-os em suas conveniências. Neste instante surgem às primeiras iniciativas caracterizadas como modelos educacionais rurais e no ano de 1960 o governo nutria esta mesma concepção e adotou estratégias ainda mais convincentes para a permanência do

sujeito no campo. Neste contexto, Muitas comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, têm buscado um processo educacional condizente as suas reais necessidades e por meios dessas batalhas travadas muitas conquistas foram efetuadas e a educação do campo é uma delas.

### **A Pedagogia da Alternância**

A pedagogia da alternância foi introduzida no Brasil no ano de 1969 no Espírito Santo, por intermédio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e gradativamente se expandiu pelo país. Este modelo pedagógico pode ser organizado como instituição de ensino ou não, e alguns exemplos conhecidos são: Escolas Familiares Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), Escolas de Assentamentos (EA), Programa de Formação de Empresários Rurais (PROJOVEM), Escolas Técnicas Estaduais (ETE), Casas das Famílias Rurais (CDFR), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CDEJOR), etc.

Esta pedagogia está presente na Rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) constituída entre associações local e pedagogia da alternância, ou formação integral dos Jovens e desenvolvimento sustentável do meio. Todo este processo, porém, não ocorreu instantaneamente, foi tomando proporções significativas e gradativas.

### **Reformas Educacionais e Lei de Diretrizes e Bases**

Em 1980 foram discutidas as primeiras questões educacionais dentro do Movimento dos Sem Terra (MST), a fim de fortalecer seus ideais, e promover um sistema de ensino específico para suas crianças. Em 1988 o Brasil passa por um processo de redemocratização, em que são

Falcão, L.F. et al. discutidos os direitos sociais do cidadão camponês, no qual estão inseridas políticas educacionais para essa parcela da população, considerando as singularidades culturais e regionais em que pertencem.

Em 1996 são implementadas as reformas educacionais favorecendo a todos, relatadas na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Essas leis foram adaptadas nos artigos 23,26 e 28 aos estudantes residentes no campo por meio da adequação do currículo e metodologias favoráveis a realidade deles, bem como as condições climáticas e calendário anual condizente com o ciclo agrícola gerador de renda da comunidade, conhecida como pedagogia da alternância, através do tempo de escola, tempo comunidade, juntando os conhecimentos científicos e empíricos.

No ano de 1997 em Brasília ocorreu o I Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (ENERA), visando tratar de assuntos socioeconômicos e colaborando com um processo educacional público satisfatório para o educando e comunidade da área rural como um todo, promovendo seus princípios e respeitando suas singularidades. No ano seguinte, no estado de Goiás, o ENERA já havia originado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, intencionando propor políticas públicas que garantiam os direitos dos educandos rurais em seus níveis de aprendizado.

A resolução CNE/CEB nº 1 de Abril de 2002 declara que os sistemas de ensino devem viabilizar processos específicos para atender as escolas do campo e tornar o calendário escolar flexível, garantindo os princípios da política de igualdade. Este artigo vem reafirmar o que fora proposto anteriormente. Foram oficializados no dia 03 de Abril de 2002, através da resolução CNE/CEB 1 as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que fundamentava-se no R. Interd. v. 11, n. 3, p. 115-127, jul. ago. set. 2018

fortalecimento da identidade da população rural, reconhecendo sua importância como partícipes da sociedade brasileira. Em 2006 o FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES investiram na formação de professores da educação básica, podendo ser presencial ou a distância, inicial ou continuada.

No ano de 2007 é instituído o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, implantado sob a esfera do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, e concretizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, direcionando as pessoas cadastradas neste instituto. O Pronera tem como metas investir na qualificação dos profissionais de educação seja na fase inicial ou formação continuada que residam em espaços rurais, e assentamentos, bem como atender os estudantes melhorando o processo educacional básico, técnico, superior e especializado desta parcela da população.

Para alcançar sua finalidade o INCRA realiza parcerias com diversas instituições de ensino sem fins lucrativos para a execução dos projetos em nível de Pronera, ele também coordena e supervisiona todas as atuações.

Em 2009 o vice-presidente da república, no exercício de presidente decretou leis e diretrizes sobre alimentação escolar, em que uma série de medidas deveriam ser tomadas com o intuito de garantir uma alimentação de qualidade nas escolas públicas. Foi instituído o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, que receberá uma verba destinada às escolas a fim de, proporcionar o crescimento e desenvolvimento do estudante, inserindo uma educação alimentar, sanitária e ambiental e ofertando refeições que preencham as necessidades nutricionais dos mesmos durante todo o período letivo, melhorando as condições de aprendizado deles.

O PNAE recebe o recurso da União e repassa em parcelas aos Estados e municípios por

Falcão, L.F. et al.  
meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para serem distribuídos nas escolas devidamente habilitadas. Este cálculo orçamentário é feito com base no número de alunos matriculados em cada escola conforme o censo escolar do ministério da educação. As escolas públicas e o campo mantém uma parceria no quesito alimentação, visto que por lei pelo menos 30% dos gêneros alimentícios deverão ser comprados de agricultor ou empreendedor rural familiar, como os assentamentos agrários e comunidades indígenas e quilombolas.

Outro programa que beneficia as escolas públicas e, por conseguinte escolas do campo é o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, pois presta assistência financeira destinada à manutenção e/ou melhorias de infraestruturas físicas e pedagógicas das instituições de ensino. As leis não se preocuparam somente com as questões de alimentação do alunado, como também elaborou lei pertinente aos transportes chamado Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que tem o orçamento vindo o FNDE objetivando o transporte escolar para os alunos de educação básica pública residente das áreas rurais.

Em 2010, com base nas leis de 1996 e de 2009, o então Presidente da República decreta que a política de educação do campo seria desenvolvida pela União com a colaboração dos Estados, municípios e Distrito Federal. No dia 04 de novembro de 2010 a educação do campo foi efetivamente conhecida como uma política pública, por meio do decreto nº 7352 que tinha como regimento o respeito às especificidades socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais, étnicas, traçando um currículo pedagogicamente pertinente a valorização de suas identidades.

Inúmeras leis que regem o cenário educacional atual foram criadas com base em movimentações sociais, que com o decorrer do tempo ganharam credibilidade junto ao governo

proporcionando uma educação que atenda necessidades específicas da população que vive no campo. Mas a educação do campo de fato e de direito, vem sendo traçada dia após dia, conforme as especificidades de cada comunidade, através de movimentações sociais alguns direitos foram concedidos e viabilizados, porém o atual modelo educacional ainda tem uma longa jornada de reivindicações pela frente.

### **AS EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO CAMPO NUMA PERSPECTIVA TRANSVERSAL**

Ao se analisar os registros históricos da educação ambiental e a educação do campo podem observar várias semelhanças que convergem em pontos comuns. Os exemplos dessa semelhança têm a valorização do meio ambiente e a busca por uma qualidade de vida melhor e mais digna.

Neste aspecto para a melhor compreensão da convergência destas vertentes educacionais pode ser citado um trecho da lei de número 9795/1999, Art. 1º de política nacional de Educação Ambiental:

Entende-se por educação ambiental os processos pelo meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sustentabilidade (LEI N° 9795/1999, Art. 1º).

Este mesmo princípio também é adotado como base da educação do campo, pois se valorizam nela as construções de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas á conservação do meio em que o sujeito reside, no caso o campo, além do que, o meio não se restringe a um espaço geográfico, mas também a identidade cultural de cada um.

Falcão, L.F. et al.

**A TRANSVERSALIDADE COMO OBJETO DE PESQUISA: UM ESTUDO DE CAMPO REALIZADO EM UMA ESCOLA DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

Para que a pesquisa ganhasse consistência, relevância e maior compreensão foram elaboradas uma etapa de estudo de campo de cunho investigativo-qualitativo, no qual o objeto de estudo consistiu em uma Escola do Campo, mais especificamente de uma comunidade ribeirinha do município de Abaetetuba/PA. A escola objeto de estudo faz parte da rede pública de ensino e atende alunos da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Durante a pesquisa foram entrevistados professores e alunos da escola, além das observações feitas pelo espaço escolar e durante a realização das aulas. A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi fundada no dia 28 de abril de 1998, numa área ribeirinha no rio Quianduba, município de Abaetetuba estado do Pará, criada pelo decreto nº 248 Resolução 051/08 CEE.

**Características do Espaço Escolar**

Atualmente há 236 alunos, da educação infantil ao ensino fundamental do 1º ao 5º ano e o Programa Novo Mais Educação, divididos nos turnos da manhã e tarde. O calendário escolar é dividido em 200 dias letivos, e 2 recuperações; uma no primeiro semestre e outra no segundo. Está situada ao lado direito da única igreja católica da localidade, pelo qual é reconhecida por ter o nome em homenagem a padroeira da comunidade. Sua estrutura física é composta por dois blocos construídos em alvenaria e possui: 07(sete) salas de aula, 01(uma) sala de informática, 01(uma) sala de leitura, 01(uma) cozinha com depósito de merenda, 01(uma) sala da diretoria 01(uma) sala dos professores 01(um), depósito de materiais

didáticos, 04(banheiros) para uso dos alunos (Figura 1).



**Figura 1:** A Entrada do Prédio da Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Fonte: Pesquisa direta.

No período de 1999 a 2012 a escola contava com o prédio em anexo no qual eram desenvolvidas várias atividades através de projetos de Assistência Social como: Maré Lançante, Agente Jovem, Jovem Cidadão, PETI, Pró-jovem e atualmente no CRÁS, que não é mais anexo à escola Perpetuo socorro, funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, atendendo á crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos das comunidades que compõem o Pólo 07.

A Escola, também, conta com o espaço físico da comunidade religiosa Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que muito contribui para as realizações de atividades físicas e recreativas promovidas pelos educadores, além de ser o espaço mais utilizado para a realização de eventos e comemorações da escola. A escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, surgiu da imensa necessidade que as famílias enfrentavam para que os filhos pudessem estudar e os educadores realizassem o trabalho com sucesso (Figura 2).

Falcão, L.F. et al.



**Figura 2:** Plantão pedagógico com os pais. Fonte: Pesquisa direta.

Desde então a escola vem funcionando numa gestão democrática, atendendo as especificidades das famílias ribeirinhas, aonde os professores conduzem o trabalho docente na certeza de que o compromisso com a causa nascerá do sonho de um futuro totalmente diferente.

#### **Coleta e Análise de Dados**

Tendo em vista o tema da Educação Ambiental e sua importância no ambiente escolar, o período de investigação de campo objetivou principalmente analisar como a escola trabalha dentro de seu processo educacional a questão ambiental, além de buscar identificar como os alunos absorvem estas informações, já que a preservação do meio ambiente e a preocupação com o meio em que vivem interferem diretamente no seu dia a dia.

Para coleta de dados e informações suficientes, foram elaborados questionários com perguntas abertas que foram aplicados a gestora da escola em questão. A metodologia utilizada consistirá em análises sobre as respostas e também sobre o que os autores comentam a respeito do tema. A gestora da escola se chama Mariléia Maués da Silva, é concursada do

município, está no cargo a 3 anos, e é moradora da mesma comunidade que a escola se encontra.

P1 - Como a escola encara o desafio de se trabalhar a questão ambiental de forma a despertar nos alunos uma consciência em relação a esta problemática que afeta diretamente as comunidades do campo?

R1 - Não só o tema da questão ambiental, mas de forma geral a escola busca sempre contextualizar as discussões, para o aluno da comunidade do campo é evidente que devemos explorar ao máximo o seu próprio entorno, seu dia a dia de forma que ele possa identificar o quanto suas atitudes podem interferir diretamente na sua qualidade de vida e da comunidade em geral.

P2 - A escola possui algum projeto que trabalha de forma mais específica à questão ambiental com os alunos? E com a comunidade?

R2 - Em modelo de projeto atualmente a escola não possui atividades. Mas dentro da sala de aula os professores abordam diariamente o tema do meio ambiente. Com a comunidade a prefeitura realiza atividades que envolvem a preservação ambiental, mas estas atividades não dependem somente da escola, nós precisamos esperar o encaminhamento direto da prefeitura para então realizarmos.

P3 - Os professores dentro da sala de aula trabalham o tema do meio ambiente tendo como base a Educação Ambiental prevista nos PCNs?

R3 - Como eu havia dito antes, dentro da sala de aula os professores abordam com efetividade o tema do meio ambiente e de sua preservação. Até mesmo pelo fato de que todo o quadro de professores da escola é de pessoas que residem aqui mesmo na comunidade.

Falcão, L.F. et al.

P4 - A seu ver os alunos a partir do que a escola trabalha parecem entender a problemática proposta?

R4 - Com certeza sim. É notável a percepção deles quando nos referimos, por exemplo, a importância de não jogarmos lixo no rio, ou de não desmatarmos as florestas. Apesar de serem pequenos eles conseguem ver a relação que atitudes como estas interferem na rotina dos pais e nas deles mesmos.

P5 - Além dos alunos a escola também deve proporcionar a comunidade um retorno social consistente e de qualidade. Você acha que a escola consegue atingir a comunidade de seu entorno de forma em que a Educação Ambiental se torne uma realidade para as pessoas?

R5 - Sim. Além da responsabilidade com seus filhos a escola busca ter seu compromisso com os pais e os demais moradores. As parcerias com os órgãos públicos são um belo exemplo. Quando os pais necessitam de ajuda, encaminhamento médicos, informações, assistência de qualquer tipo que seja a escola está ali para ajudar e servir.

Ao final da aplicação do questionário e com a análise das respostas foi possível identificar o nível de comprometimento que a escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui quando nos referimos ao tema da Educação Ambiental. Quando a professora afirma que “não só o tema da questão ambiental, mas que de forma geral a escola busca contextualizar as discussões” ela concorda com Pereira e Bittar (2007, p. 4).

É preciso superar a noção de sensibilizar, que na maioria das vezes é entendida como compreender racionalmente e que na realidade deve envolver também o sentimento, o amar, o ter prazer em cuidar, a solicitude com que os pais cuidam de seus filhos, no sentido de doação, de integração, de pertencimento à natureza. Para esse pesquisador, para que se tenham resultados positivos na prática da EA (PEREIRA; BITTAR, 2007, p. 4).

De acordo com ambos os comentários, a escola deve se posicionar como um mecanismo de promoção de conceitos e conhecimentos baseados na criticidade e na consciência de que as pessoas necessitam amar, cuidar e doar-se ao meio ambiente, numa relação tão comprometida quanto as dos pais e seus filhos. Outro comentário muito bem observado nas respostas da gestora refere-se à terceira pergunta, quando ela diz que “Dentro da sala de aula os professores abordam com efetividade o tema do meio ambiente e de sua preservação”.

Sobre isso Pereira e Bittar (apud GUIMARÃES, 2006) afirmam que é muito comum encontrar na escola atividades reconhecidas pela comunidade escolar como EA, por exemplo, projetos que enfoquem o lixo, a coleta seletiva, a reutilização de materiais descartáveis, entre tantos outros. Apesar de dizer que atualmente a escola trabalha dentro das salas de aula o tema da Educação Ambiental, a gestora deixou bem claro que este trabalho é feito de maneira efetiva e concreta, dando suporte eficiente às necessidades de cada aluno, e ao processo educacional como um todo.

Foi possível notar que a escola trabalha com clareza e inteligência o tema da Educação Ambiental com seus alunos. Mesmo sabendo das dificuldades e limitações presentes no ambiente escolar, o compromisso e a dedicação, somam pontos significativos em meio à busca por um trabalho mais eficaz e satisfatório.

## CONCLUSÃO

A questão ambiental ultrapassa a linha de evolução do homem e de todo o seu processo de formação social. Para além do olhar técnico - científico e do sistema econômico temos a dicotomia da manutenção da vida no planeta, o

Falcão, L.F. et al.  
que leva em consideração o cuidado não somente com o homem, mas como todos os seres existentes, sejam eles animados ou inanimados.

Como reflexo de uma sociedade que ensina que o lucro é o bem mais valioso presente no mundo, o homem aprendeu que tudo que está a sua volta serve de espolio para a produção de riquezas. Ainda que os reflexos de tamanha irresponsabilidade estejam visíveis cotidianamente, quebrar um sistema que vem se construindo desde os primórdios das civilizações se torna cada vez menos acreditável.

Uma sociedade que não possui como base para suas relações uma educação comprometida com uma ética ambiental, tão pouco poderá impedir que futuras gerações pudesse reconhecer a importância da preservação do meio ambiente, em um sentido mais amplo.

Contextualizando a situação problema e o objeto de estudo foi possível perceber que a escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro enfatiza muito bem o trabalho sobre o tema da Educação Ambiental. Apesar do flagelo que o sistema educacional possui e com os poucos recursos disponibilizados pelo poder público, o trabalho desenvolvido se mostra bastante consistente e eficaz.

Para entender melhor o problema dos moradores das comunidades do campo é necessário primeiro entender a realidade que a família enfrenta. Durante a elaboração das análises foi possível perceber que a escola não serve somente para o “ensinamento” dos conteúdos escolares presentes nos currículos, mas que se configura como um espaço em que o alunado perpassa por diversas construções.

A Educação do Campo é fruto de um intenso processo de busca e de melhorias, iniciado há muito tempo atrás. Atualmente podemos perceber que a muitos ganhos já foram efetivados, mas que, no entanto, ainda necessita de significativas mudanças em favor da unificação e

R. Interd. v. 11, n. 3, p. 115-127, jul. ago. set. 2018

da democratização de um povo repleto de costumes e valores.

Partindo dos pressupostos que nortearam a elaboração deste estudo, é possível evidenciar uma significativa satisfação por ter alcançado, sobre as análises feitas, soluções e concretizações a respeito de objetivos e problemas de antemão selecionados. Confrontar direta e indiretamente o que a literatura nos põe com o que acontece na realidade, é ponto fundamental frente à compreensão de conceitos e incógnitas. Tão pouco se encerra por aqui a questão de estudo. Mas pelo contrário. Que este estudo sirva de instrumento de incentivo para diversas outras mentes que estão a surgir, preocupadas com a questão ambiental.

## REFERÊNCIA

- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C.; **Por uma educação do Campo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BITTAR, M.; PEREIRA, K. A. B.; GRIGOLI, J. A. G.; **A transversalidade e a interdisciplinaridade em educação ambiental: uma reflexão dentro da escola**. Universidade Católica Dom Bosco, 2007.
- CARVALHO, I. C. M.; **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- FREIRE, P.; **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MOREIRA, M. C. **A educação ambiental no contexto da educação infantil**. Pontalina: Universidade de Cândido Mendes, 2010.
- PELIZZOLI, M.L. **Ética e Meio Ambiente para uma Sociedade Sustentável**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- SILVA, A.; TIRIBA, L. **Direito ao ambiente como direito à vida: Desafio para a educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

Falcão, L.F. et al.  
TORRES, J. R.; LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

**Submissão: 02/03/2018**

**Aprovação: 19/06/2018**